

# CONTRIBUIÇÕES À DISCUSSÃO DA AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO A PARTIR DO MODELO DE ACREDITAÇÃO INTERNACIONAL<sup>1</sup>

Muira Helena Batista<sup>2</sup>

Orientador do trabalho: Max Cirno de Mattos<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A recente difusão das mídias tecnológicas e a fusão das tecnologias disponíveis na interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos (Schwab, 2016) possibilitam um salto considerável na educação de nível superior em geral. Esse avanço na educação se deve a várias dimensões: a competição mundial na área de educação, a globalização, o desenvolvimento dos ambientes de negócios, e a necessidade de novas abordagens para os cursos acadêmicos, decorrentes da capacitação insuficiente dos graduados para as necessidades de qualificação para o mercado de trabalho (MALO, 2015).

Dentro deste contexto, as tendências apontam que o Brasil deve formular e implementar políticas públicas eficazes para o sistema de educação e, conseqüentemente, desenvolver uma força de trabalho com uma melhor qualificação. As inovações tecnológicas passam a permear o universo educacional com a introdução, principalmente, dos processos da área de tecnologia da informação e a adoção de novas metodologias de ensino, com o intuito de melhorar a qualificação para o mercado de trabalho. Nesse cenário, o Mestrado Profissional (MP) preconiza a interação da academia com o mercado, proporcionando uma nova abordagem da educação superior, com o foco na formação de um profissional capaz de integrar o conhecimento científico com a prática (GIACOMAZZO, GRAZIELA FÁTIMA, 2014).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo contribuir com a discussão relacionada à avaliação do MP e suas contribuições a sociedade. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na legislação brasileira sobre a avaliação do mestrado profissional e na literatura internacional sobre a acreditação. O tópico de revisão da literatura apresenta uma análise mais detalhada do processo de acreditação internacional, que, como afirma Cury (2005), corresponde a um modelo essencial a partir do qual foi construído o modelo de avaliação adotado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) na figura de avaliação Capes para a modalidade de ensino *stricto sensu*. No tópico de discussão dos resultados são apresentadas as comparações dos modelos. Na conclusão é apresentado os ganhos que a adoção do modelo de acreditação traz para a qualidade do ensino *stricto sensu*.

## METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise documental, em decorrência da necessidade de serem buscados os dados disponíveis em documentos da área de Administração da CAPES e na literatura internacional sobre o processo de acreditação. Segundo Godoy (1995), a pesquisa documental se reveste de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas.

## ACREDITAÇÃO

O termo acreditação se refere ao processo a partir do qual a instituição obtém a autorização para conduzir seus programas educacionais, e os agentes acreditadores devem ser reconhecidos pelo Estado ou por outra autoridade (NIGSCH; SCHENKER-WICKI, 2013).

<sup>1</sup> Resultado de Dissertação de Mestrado da autora

<sup>2</sup> Mestrado Profissional em Administração de Empresa, Centro Universitário UNA, [muirahelena@yahoo.com.br](mailto:muirahelena@yahoo.com.br);

<sup>3</sup> Professor orientador: Pós doutorado em Ciências da Informação, UFMG, [maxcmattos@gmail.com](mailto:maxcmattos@gmail.com).

A maioria dos órgãos de acreditação de ensino superior nos EUA, União Europeia, na Ásia e demais países identificados na literatura exige que as escolas realizem a autoavaliação dos seus processos educacionais. Esse processo de avaliação normalmente compreende cinco etapas: (a) definir metas de aprendizado; (b) alinhar currículos com os objetivos declarados; (c) projetar medidas de aprendizagem dos alunos relacionadas aos objetivos declarados; (d) coletar, analisar e divulgar os resultados; e (e) revisar currículos com base na discussão do corpo docente sobre as conclusões da avaliação, fazer as melhorias nos quesitos considerados fracos e o planejamento para a manutenção dos pontos considerados fortes (BACON; STEWART, 2017).

A acreditação inclui autoavaliações, revisões por pares, revisões de comitês, bem como avaliações de planos estratégicos, declarações de missão, qualificações do corpo docente e currículo (MALO, 2015; MARCHEWKA, 2013). No decorrer do tempo se tornou uma ferramenta primordial para garantir a qualidade das instituições de ensino superior. A agência de acreditação atesta que as organizações associadas atendem a padrões específicos, fornece legitimação às instituições e programas acadêmicos (DURAND; MCGUIRE, 2005), alunos e pesquisadores mais destacados na sua área de atuação (NIGSCH; SCHENKER-WICKI, 2013).

Os Estados Unidos apresentam uma trajetória longa e bem-sucedida de credenciamento de instituições e programas acadêmicos, e seu processo de acreditação fornece um padrão de qualidade mínima e aponta medidas de melhoria na qualidade do ensino (ALTBACH, P. G., 2003). O processo americano é tido internacionalmente como o padrão ouro em acreditação, os demais países instituíram os seus tendo o estadunidense como parâmetro (ALTBACH, P., 2015; HOU, Y.-C. *et al.*, 2015).

Nessa corrida há instituições e programas que buscam obter a acreditação das principais agências de credenciamento – uma forma de atestar a sua qualidade e superioridade – e assim passam a ter maior visibilidade e se distanciam das demais instituições concorrentes, sendo dupla ou triplamente acreditada. As instituições monitoram o ranking e sua manutenção de perto, por serem vistos como sinais de qualidade concedendo credibilidade e legitimidade. As alterações de classificação no ranking podem gerar perda ou ganho de estudantes para o programa. As instituições investem para manter a sua reputação em conformidade com os critérios e padrões do credenciamento (HOU, A. Y.-C. *et al.*, 2015; MUNILLA; BLEICKEN; MILES, 1998).

A rede europeia *European Association for Quality Assurance in Higher Education* (ENQA) foi estabelecida em 2000 para garantir a execução das políticas de qualidade. Responsável pelo desenvolvimento das Normas e Diretrizes Europeias (*European Standards and Guidelines* - (ESG)) e posteriormente garantir a qualidade, funções reconhecidas na reunião ministerial do Processo de Bologna em 2005 (GORNITZKA; STENSAKER, 2014). A ENQA desenvolveu normas e diretrizes para a garantir a Qualidade do ensino superior no espaço da União Europeia para os 47 países signatários da Declaração de Bologna, que devem servir de base para cada que Estado-Membro desenvolva seu próprio sistema de para acreditação no ensino superior (GORNITZKA; STENSAKER, 2014; HULOVÁ, 2014; VUKASOVIC, 2013).

### **AVALIAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

Em 1998 o MEC por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), regulamenta o *stricto sensu* na modalidade profissional (BRASIL 1998). De acordo com Takahashi *et al* (2010), o objetivo principal do MP é proporcionar a interação do conhecimento teórico com a prática, gerando um novo conhecimento a partir dos resultados obtidos desta integração. O produto técnico, resultado esperado do MP, possui a função de consolidar o conhecimento com a prática e agregar um novo conhecimento (DRESCH; PACHECO; ANTUNES JUNIOR, 2015; FERREIRA, 2015; GIACOMAZZO, GRAZIELA FATIMA; LEITE, 2014).

Os cursos na modalidade *stricto sensu* no Brasil passam por avaliações de qualidade coordenadas pela CAPES para renovação do credenciamento em período de quatro em quatro anos, conhecida como avaliação quadrienal. Antes de 2013 esse processo era trienal (BRASIL, 2014). A qualidade do curso é regulamentada pela Portaria 1418 de 23 de dezembro de 1998, que estabelece uma nota mínima, três para mestrado e quatro para doutorado (BRASIL, 1998; 2011) para que o curso tenha o seu credenciamento renovado a cada avaliação periódica e possa continuar a abrir novas turmas. Recentemente, esse processo foi adequado para distinguir os novos cursos, que passam a funcionar com o status de “aprovado”, não sendo mais atribuída uma nota inicial (BRASIL, 2018). A CAPES por meio da avaliação estabelece um padrão mínimo de qualidade que o programa tem de atender para obter a renovação do seu credenciamento.

A nota final da avaliação tem a nota três como padrão mínimo de qualidade exigido para a recomendação do programa ao CNE para os programas de mestrado. A nota quatro é concedida aos programas que atingirem no mínimo o conceito bom em pelo menos três quesitos, incluindo necessariamente o corpo docente e produção intelectual. A nota cinco será concedida aos programas que obtiverem o conceito Muito Bom em pelo menos quatro dos cinco quesitos avaliados, e necessariamente os quesitos corpo docente e produção intelectual devem figurar entre eles. A nota cinco é a nota máxima para os programas que oferecem apenas o mestrado.

As avaliações anteriores a 2017 possuem distorção no sentido de que os MP eram avaliados com a métrica de programas de mestrados acadêmicos (BARBOSA BRITO; NEVES FARIA; SANTOS RODRIGUES, 2016; BRITO; CARNEIRO, 2015; DE SOUZA MACHADO; SANTOS; QUARESMA, 2014). Para adequar os critérios da avaliação do MP, a CAPES iniciou em 2017 um processo de adequação, tendo em vista que até este momento os parâmetros de avaliação dos dois mestrados possuíam um amplo espectro de similaridade, mas com atuações diferentes na produção científica. Essas alterações buscam adequar a avaliação do MP à realidade atual, sempre primando pelo princípio básico de justiça na melhoria e adequação da avaliação das duas modalidades de mestrado nas suas respectivas áreas de pesquisa (BRITO; CARNEIRO, 2015).

Com o objetivo amadurecer o seu processo de avaliação, a CAPES a partir deste ano pretende ampliar o foco, a autoavaliação hoje muito utilizada nas experiências internacionais, conhecidas nos sistemas de creditações (ALTBACH, P. G., 2003; BAL; ANITSAL; ANITSAL, 2014; GARFOLO; L’HUIILLIER, 2015), que trará mais subsídios para o desenvolvimento do Sistema de qualidade (BRASIL, 2019).

Verifica-se neste momento que a CAPES está mudando o processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e estabelecendo uma estrutura própria de avaliação para a modalidade profissional com foco na formação de pesquisadores para solucionar questões práticas do dia a dia das organizações (GUARIDO FILHO; MACHADO; VERSCHOORE FILHO, 2019).

## **DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Com base na literatura consultada os modelos têm em comum as revisões por pares, os comitês, a métrica de avaliação da proposta do programa, qualidade da produção científica docente e discente e os ajustes para melhoria do programa (HOU, Y.-C. *et al.*, 2015; MACCARI; NISHIMURA, 2014).

Entre os princípios adotados pelos dois modelos, Acreditação Internacional e Avaliação CAPES, ambos procuram estabelecer um padrão mínimo de qualidade para os programas, oferecendo sugestões de melhorias para os quesitos considerados insuficientes, e definindo um ranking de qualidade para as IES avaliadas. As IES que figuram na primeira posição desse Ranking, em ambos os casos, normalmente atraem os melhores docentes e alunos. A acreditação transmite a crença de que esta instituição desenvolve as suas atividades de ensino,

pesquisa e extensão de forma eficaz em relação às demais instituições. O ranking fornecido pela CAPES ao divulgar as notas dos Programas tem o mesmo objetivo das organizações de acreditação.

As organizações que atuam na acreditação são instituições sem fins lucrativos formadas por consórcios constituídos a partir do rol de universidades que possuem um interesse comum na gestão do processo de qualidade do ensino e estabelecem uma métrica comum para avaliação. A Avaliação da CAPES é realizada por uma fundação ligada ao Ministério da Educação que possui a função de regulamentar, fiscalizar e aferir a qualidade do ensino de pós-graduação no Brasil.

Por outro lado, os modelos diferem principalmente em relação à adesão ao processo de avaliação da qualidade e ao caráter obrigatório da acreditação, enquanto a avaliação da CAPES é de cunho obrigatório, ou seja, a IES para tem de possuir a autorização da CAPES para ter a autorização de funcionamento do Programa. Outra diferença é que as despesas da acreditação são de responsabilidade da IES que está sendo acreditada, e na Avaliação da CAPES os custos são de responsabilidade do Ministério da Educação, ou seja, por conta dos contribuintes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa explorou o conceito de acreditação utilizado nos Estados Unidos, na União Europeia e demais países identificados na revisão de literatura. Este processo apresenta os princípios que norteiam a gestão da qualidade total (MUNILLA; BLEICKEN; MILES, 1998), avalia a qualidade do processo ensino aprendizagem, e é a ferramenta utilizada para garantir o funcionamento das IES e a qualidade do ensino.

A acreditação atende aos princípios da gestão de qualidade total (MUNILLA; BLEICKEN; MILES, 1998) e faz uma escrutínio desde a qualidade do programa até a adequação do programa com os objetivos estratégicos, visão de futuro e missão da IES. Guardadas as devidas proporções, a Avaliação da CAPES verifica apenas os aspectos relacionados à qualidade do ensino-aprendizagem, à qualidade de pesquisa desenvolvida e à extensão que a IES está desenvolvendo no programa, existem muitos pontos comuns entre as modalidades de avaliação (CURY, 2005b).

Conforme Cury (CURY, 2005), a avaliação da CAPES tem sua origem na reforma universitária de 1965 inspirada acreditação, e portanto possuem as mesmas características básicas, guardadas as devidas proporções na aplicação do modelo.

Neste ano de 2019 a CAPES iniciou o processo de implementar na avaliação quadrienal, as diretrizes que permeiam o processo de acreditação, com modificações nas fichas de avaliação das modalidades de ensino *stricto sensu* em ambas a modalidades, tanto acadêmica como profissional. Na modalidade profissional traz um perfil mais prático-científico, tornando tangível o caráter técnico do curso com a avaliação de produção tecnológica do corpo docente (BRASIL, 2019).

Palavras Chaves: Acreditação, avaliação CAPES, Mestrado Profissional, Modelo de Avaliação Mestrado Acadêmico.

### REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. American Accreditation of Foreign Universities: Colonialism in Action. *International Higher Education*, v. 0, n. 32, 25 mar. 2015. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/7373>>. Acesso em: 4 abr. 2018.
- ALTBACH, P. G. Academic Colonialism in Action: American Accreditation of Foreign Universities. *International Higher Education*, v. n 32, p. 3, 2003. Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/view/7373/6570>>. Acesso em: 4 abr. 2018.

- BACON, D. R.; STEWART, K. A. Why Assessment Will Never Work at Many Business Schools: A Call for Better Utilization of Pedagogical Research. *Journal of Management Education*, v. 41, n. 2, p. 181–200, abr. 2017. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1052562916645837>>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- BAL, V.; ANITSAL, I.; ANITSAL, M. M. AACSB ACCREDITED MBA PROGRAMS IN THE US: WHAT SCHOOLS COMMUNICATE ABOUT THE GRADUATE PROGRAMS IN THEIR WEBSITES. *Academy of Educational Leadership Journal*, v. 18, n. 2, p. 10, 2014.
- BARBOSA BRITO, C. F.; NEVES FARIA, H. H.; SANTOS RODRIGUES, C. Inovação tecnológica no trabalho final de curso no mestrado profissional. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 13, 20 set. 2016.
- BRASIL. nº 1418. . Portaria nº 1.418, de 23 de dezembro DE 1998.
- BRASIL. Portaria nº 080, de 28 de dezembro de 1998. , 1998
- BRASIL. Portaria nº 60. . PORTARIA Nº 60, DE 20 DE MARÇO DE 2019.
- BRASIL. Portaria nº 182, de 14 de agosto de 2018.
- BRASIL. Portaria Nº 193, de 4 de outubro de 2011.
- BRASIL. Resolução nº 05, de 11 de Dezembro de 2014.
- BRASIL, C. *Ofício Circular nº 2/2019-DAV/CAPES*.
- BRITO, M. V. H.; CARNEIRO, F. R. O. DEVELOPMENT OF METRICS FOR ARTICLES PUBLISHED IN PROFESSIONAL MASTER’S COURSE. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 42, n. suppl 1, p. 28–30, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912015000800028&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912015000800028&lng=en&tlng=en)>.
- CURY, C. R. J. Quadragésimo ano do parecer CFE no 977/65. n. 977, p. 15, 2005a.
- DE SOUZA MACHADO, L. R.; SANTOS, E. H.; QUARESMA, A. G. Masters courses in Brazil, France and Portugal: elements of a comparative approach/Cursos de mestrados no Brasil, na França e em Portugal: elementos de uma abordagem comparativa/Los Masteres en Brasil, Francia y Portugal: elementos de un enfoque comparativo. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 11, n. 26, p. 939–965, 2014.
- DRESCH, A.; PACHECO, D.; ANTUNES JUNIOR, J. A. V. *Design Science Research. Método de Pesquisa Para Avanço da Ciência e Tecnologia*. Porto Alegre: Bookman, 2015. . Acesso em: 12 nov. 2017.
- DURAND, R.; MCGUIRE, J. Legitimizing Agencies in the Face of Selection: The Case of AACSB. *Organization Studies*, v. 26, n. 2, p. 165–196, fev. 2005. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0170840605049465>>. Acesso em: 6 abr. 2018.
- FERREIRA, L. M. PROFESSIONAL MASTER AND ITS CHALLENGES. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 42, n. suppl 1, p. 9–13, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912015000800009&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912015000800009&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- GARFOLO, B. T.; L’HUIILLIER, B. Demystifying Assessment: The Road To Accreditation. *Journal of College Teaching & Learning (TLC)*, v. 12, n. 3, p. 151, 30 jun. 2015. Disponível em: <<http://cluteinstitute.com/ojs/index.php/TLC/article/view/9303>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- GIACOMAZZO, GRAZIELA FÁTIMA. Ciência modo 2 e o ensino nas universidades do século XXI: mestrado profissional, redes e educação a distância. 2014.
- GIACOMAZZO, GRAZIELA FATIMA; LEITE, D. B. C. O mestrado profissional no âmbito das políticas públicas na educação: reflexões sobre a produção do conhecimento científico. *ETD - Educação Temática Digital*, v. 16, n. 3, p. 475, 17 dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1310>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

- GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 4, p. 65–71, 1995.
- GORNITZKA, Å.; STENSAKER, B. The dynamics of European regulatory regimes in higher education — Challenged prerogatives and evolutionary change. *Policy and Society*, v. 33, n. 3, p. 177–188, set. 2014.
- GUARIDO FILHO, E. R.; MACHADO, M. A. V.; VERSCHOORE FILHO, J. R. DE S. *Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo 2019*. . [S.l.]: CAPES. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019/ADM\\_.pdf](http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ADM_.pdf)>. Acesso em: 5 jul. 2019. , 2019
- HOU, A. Y.-C. *et al.* Quality assurance of quality assurance agencies from an Asian perspective: regulation, autonomy and accountability. *Asia Pacific Education Review*, v. 16, n. 1, p. 95–106, 2015. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s12564-015-9358-9>>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HOU, Y.-C. *et al.* Is the Asian quality assurance system for higher education going glonacal? Assessing the impact of three types of program accreditation on Taiwanese universities. *Studies in Higher Education*, v. 40, n. 1, p. 83–105, 2015. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03075079.2013.818638>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- HULOVÁ, Z. AUTO-EVALUATION OF UNIVERSITY TEACHER AS A BASIS FOR QUALITY AND PROFESSIONALISM IN THE UNIVERSITY EDUCATION. p. 13, 2014.
- MACCARI, E. A.; NISHIMURA, A. T. POVOAMENTO DOS ESTRATOS CONCEITOS 6 E 7 NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES PELA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO NAS AVALIAÇÕES TRIENAIAS 2010 E 2013. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 20, n. 3, p. 601–624, dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112014000300601&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112014000300601&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- MALO, D. A. M. EVALUATING PROCESS OF ACCREDITATION FOR ACCOUNTING PROGRAM— ISSUES AND CHALLENGES. p. 17, 2015.
- MARCHEWKA, J. T. Applying the Capability Maturity Model to Assurance of Learning. v. 13, n. 1, p. 17, 2013.
- MUNILLA, L. S.; BLEICKEN, L. M.; MILES, M. P. Social Responsibility and AACSB Accreditation Standards: How ISO 14000 Can Integrate Environmental Issues into the Marketing Curriculum. *Marketing Education Review*, v. 8, n. 3, p. 57–65, out. 1998. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10528008.1998.11488645>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- NIGSCH, S.; SCHENKER-WICKI, A. Shaping performance: do international accreditations and quality management really help? *Journal of Higher Education Policy and Management*, v. 35, n. 6, p. 668–681, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1360080X.2013.844669>>. Acesso em: 7 abr. 2018.
- SCHAWAB, K. *A Quarta Revolução Industrial - Livros*. São Paulo: Edipro, 2016.
- TAKAHASHI, A. R. W. *et al.* Mestrado profissional e mestrado acadêmico em administração: convergências, divergências e desafios aos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil. *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 11, n. 4, p. 551–578, 2010.
- VUKASOVIC, M. Change of higher education in response to European pressures: conceptualization and operationalization of Europeanization of higher education. *Higher Education*, v. 66, n. 3, p. 311–324, set. 2013. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/s10734-012-9606-4>>. Acesso em: 3 abr. 2018.